

Desempenho Fiscal do Governo Federal em junho de 2026

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- As contas do Governo Central, que engloba Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social, registraram um déficit de R\$ 48,2 bilhões em junho deste ano, acima do registrado no mesmo mês do ano passado (R\$ 44,2 bilhões), conforme dados divulgados pelo Relatório do Tesouro Nacional, de junho de 2026. Esse déficit ficou acima da mediana das expectativas do Prisma Fiscal, do Ministério da Fazenda, que projetavam um déficit de R\$ 45,3 bilhões. A Previdência Social (RGPS) foi a principal responsável por esse resultado, tendo em vista que apresentou, nesse mês, um déficit de R\$ 50,5 bilhões, enquanto o Tesouro Nacional foi superavitário em R\$ 2,4 bilhões e o Banco Central apresentou um déficit de R\$ 155 milhões. O resultado primário do Governo Central acumulado no primeiro semestre de 2026 foi deficitário em R\$ 92,2 bilhões, ante déficit de R\$ 11,3 bilhões no mesmo período do ano passado, em termos nominais. Por sua vez, o Tesouro Nacional registrou um superávit de R\$ 144,3 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central foram deficitários em R\$ 237,6 bilhões nos seis primeiros meses de 2026.
- Em termos reais, a receita líquida do governo aumentou R\$ 26,0 bilhões (10,3% em termos reais), impulsionada pelo aumento de 10,2% das Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil, agregando R\$ 15,1 bilhões na arrecadação, oriundos, principalmente, do Cofins, em razão do bom desempenho de vários setores de atividade econômica, e do IPI. As Receitas Não Administradas, por outro lado, contribuíram com R\$ 4,9 bilhões, refletindo o crescimento dos recolhimentos associados à exploração de Recursos Naturais, especialmente os referentes a royalties e à comercialização de petróleo e gás natural pela União.
- Com relação ao comportamento das despesas em junho deste ano, houve um crescimento real de 9,0%, (R\$ 30 bilhões), relativamente ao mesmo mês de 2025, puxado principalmente pelas despesas na área de saúde, créditos extraordinários, especialmente a subvenção ao óleo diesel rodoviário, benefícios previdenciários, seguro-desemprego e despesas com pessoal. No acumulado do primeiro semestre de 2026, as despesas primárias do Governo aumentaram 12,3%, em termos reais, impulsionadas pelo aumento real de gastos com Benefícios Previdenciários, Despesas discricionárias, notadamente nas funções Saúde e Educação, Sentenças Judiciais e Precatórios e os gastos com pessoal e encargos sociais.
- Para 2026 a meta é de que as contas do governo tenham um saldo positivo de 0,25% do PIB, cerca de R\$ 34,3 bilhões. De acordo com o arcabouço fiscal, aprovado em 2023, há um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual em relação à meta central. Ou seja, a meta será formalmente cumprida se o governo tiver saldo zero ou se chegar a um superávit de R\$ 68,6 bilhões. No entanto, o texto permite que o governo retire desse cálculo R\$ 63,5 bilhões em despesas, utilizando esses recursos para pagar sentenças judiciais, defesa e educação. De qualquer forma, a previsão oficial do governo é de que suas contas tenham um déficit de quase R\$ 52 bilhões neste ano.
- Com relação ao setor público consolidado, o resultado primário foi deficitário em R\$ 55,3 bilhões em junho de 2026, significando um aumento de 17,4% no ano, relativamente ao mesmo período do ano anterior, quando foi registrado um saldo negativo de R\$ 47,1 bilhões. No acumulado do primeiro semestre deste ano, as contas do governo registraram um déficit primário de R\$ 80,2 bilhões, o equivalente a 1,2% do PIB, significando uma piora na comparação com o mesmo período do ano passado, quando foi constatado um saldo positivo de R\$ 22 bilhões (0,35%) do PIB. Considerando apenas o Governo Federal, o resultado foi negativo em R\$ 93,4 bilhões, bem acima do déficit de R\$ 12,3 bilhões registrado no primeiro semestre de 2025. Em junho de 2026, o Governo Central, governos estaduais e empresas estatais registraram saldo negativo de, respectivamente, R\$ 47,2 bilhões, R\$ 8,2 bilhões e R\$

1,5 bilhão, enquanto os municípios registraram um saldo primário positivo de R\$ 1,6 bilhão. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 81,9% do PIB, R\$ 10,8 trilhões, em junho de 2026, aumentando 0,9 p.p. em relação ao mês anterior.

Comentário: O desempenho fiscal do Governo Federal em junho de 2026 apresentou deterioração em relação ao mesmo período do ano anterior. As contas do Governo Central registraram déficit primário de R\$ 48,2 bilhões, valor superior ao déficit de R\$ 44,2 bilhões observado em junho de 2025 e, também, acima das expectativas do mercado. O principal fator para esse resultado foi o déficit da Previdência Social, que alcançou R\$ 50,5 bilhões no mês, enquanto Tesouro Nacional e Banco Central apresentaram resultado positivo. As despesas continuaram crescendo em ritmo elevado em junho, com aumento real de 9,0% dos gastos públicos, notadamente nas áreas de saúde, benefícios previdenciários, seguro-desemprego, pessoal e créditos extraordinários. A dívida bruta do governo geral alcançou 81,9% do PIB, totalizando R\$ 10,8 trilhões em junho de 2026, com aumento de 0,9 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Tabela 1 – Resultado do Tesouro Nacional- Janeiro-Junho de 2026 (milhões correntes)

Discriminação	Jan-Junho		Variação		Junho		Variação	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	1.423.635	1.563.783	9,8%	5,2%	218.495	251.924	15,3%	10,2%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	285.190	308.316	8,1%	3,6%	49.359	56.751	15,0%	9,9%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.138.445	1.255.467	10,3%	5,6%	169.136	195.173	15,4%	10,3%
4. DESPESA TOTAL	1.149.722	1.347.694	17,2%	12,3%	213.352	243.351	14,1%	9,0%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV. CENTRAL (3 - 4)	-11.277	-92.227	717,8%	833,8%	-44.216	-48.178	9,0%	4,1%
Tesouro Nacional	192.447	144.277	-25,0%	-28,0%	5.140	2.451	-52,3%	-54,4%
Banco Central	-69	-324	368,4%	345,9%	8	-155	-	-
Previdência Social (RGPS)	-203.654	-236.180	16,0%	11,1%	-49.364	-50.474	2,2%	-2,3%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,18%	-1,38%	-	-	-4,21%	-4,24%	-	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2- RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL- Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Junho-2025/2026- Valores a preços de junho/26- IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Junho		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	228.635,5	251.923,5	23.288,0	10,2%
Receita Administrada pela RFB	148.782,5	163.889,5	15.107,0	10,2%
Imposto de Importação	8.461,2	10.510,4	2.049,2	24,2%
IPi	7.776,8	11.465,2	3.688,4	47,4%
Imposto sobre a Renda	68.744,5	69.403,4	658,9	1,0%
IOF	8.489,2	8.452,4	-36,8	-0,4%
COFINS	32.180,0	36.263,8	4.083,8	12,7%
PIS/PASEP	8.964,8	8.476,7	-488,1	-5,4%
CSLL	9.308,5	10.863,4	1.554,9	16,7%
CIDE Combustíveis	282,1	277,3	-4,8	-1,7%
Outras Receitas Administradas pela RFB	4.575,4	8.176,9	3.601,4	78,7%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	58.582,1	61.862,6	3.280,5	5,6%
Receitas Não Administradas pela RFB	21.270,9	26.171,4	4.900,5	23,0%
Concessões e Permissões	265,6	202,1	-63,5	-23,9%
Dividendos e Participações	2.751,3	2.385,6	-365,7	-13,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.687,9	1.683,3	-4,5	-0,3%
Exploração de Recursos Naturais	6.793,6	12.083,6	5.290,0	77,9%
Receitas Próprias e de Convênios	1.776,0	1.623,8	-152,2	-8,6%
Contribuição do Salário Educação	3.084,7	3.018,1	-66,6	-2,2%
Demais Receitas	4.893,1	5.169,2	276,0	5,6%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	51.650,0	56.750,7	5.100,7	9,9%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	176.985,5	195.172,8	18.187,3	10,3%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 3- DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL- Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Junho-2025/2026- Valores a preços de junho/26- IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Junho		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	223.254,1	243.351,2	20.097,2	9,0%
Benefícios Previdenciários	110.237,3	112.336,7	2.099,3	1,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.904,4	1.802,9	-101,5	-5,3%
Pessoal e Encargos Sociais	32.865,5	34.139,3	1.273,8	3,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	230,0	257,1	27,1	11,8%
Outras Despesas Obrigatórias	32.114,3	38.744,3	6.630,0	20,6%
Abono e Seguro Desemprego	11.107,0	12.826,2	1.719,2	15,5%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	165,5	3,2	-162,3	-98,1%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.321,7	11.570,7	249,0	2,2%
Créditos Extraordinários	205,1	3.004,0	2.799,0	-
Fundeb - Complementação da União	4.804,8	5.196,5	391,7	8,2%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.626,6	1.767,1	140,5	8,6%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	347,5	332,0	-15,4	-4,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	282,0	423,8	141,8	50,3%
Subsídios, Subvenções e Proagro	1.356,4	2.319,9	963,5	71,0%
Impacto Primário do FIES	197,8	185,4	-12,3	-6,2%
Demais	699,9	1.115,2	415,3	59,3%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	48.037,0	58.131,0	10.094,1	21,0%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	32.953,4	36.118,5	3.165,1	9,6%
Discricionárias	15.083,6	22.012,5	6.928,9	45,9%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Junho/2026- R\$ milhões

Discriminação	Janeiro - Junho				Fluxos Mensais		
	2025	% do PIB	2026	% do PIB	Abril	Maio	Junho
Nominal	394 637	6,34	649 849	9,73	60 139	163 679	165 966
Governo Central(1)	378 496	6,08	612 080	9,16	50 092	153 063	147 688
Governos estaduais	10 049	0,16	30 321	0,45	8 232	9 319	16 913
Governos municipais	- 2 185	-0,04	- 5 142	-0,08	- 594	999	- 707
Empresas estatais(2)	8 278	0,13	12 591	0,19	2 410	298	2 072
Juros nominais	416 667	6,69	569 653	8,53	84 763	107 547	110 653
Governo Central(1)	366 173	5,88	518 705	7,77	76 167	97 895	100 452
Governos estaduais	43 856	0,70	42 185	0,63	7 141	8 363	8 723
Governos municipais	4 587	0,07	5 054	0,08	826	719	873
Empresas estatais(2)	2 051	0,03	3 709	0,06	629	571	604
Primário	- 22 029	-0,35	80 196	1,20	- 24 624	56 131	55 313
Governo Central	12 323	0,20	93 375	1,40	- 26 075	55 169	47 236
Governos estaduais	- 33 807	-0,54	- 11 864	-0,18	1 091	956	8 189
Governos municipais	- 6 772	-0,11	- 10 196	-0,15	- 1 420	280	- 1 581
Empresas estatais(2)	6 227	0,10	8 882	0,13	1 781	- 273	1 468
PIB acumulado no ano*	6 225 068	-	6 678 748	-			

Fonte: Bacen

(1) Inclui INSS.

(2)Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliane Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Biagio de Oliveira Mendes Junior, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.